



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1230>



Desatando os nós: não era casa, nem lar, testemunhos de violência doméstica (Oeiras, Piauí, 1994-2012)¹

Ângela Maria Macêdo de Oliveira*

ORCID ID 0000-0001-9114-6213

Universidade Estadual do Piauí, Departamento de História, Teresina, Brasil

Resumo: Embora o senso comum possa identificar casa como lar, os dois vocábulos não têm o mesmo significado. O artigo discute o espaço da casa como local inseguro para algumas mulheres, a partir da narrativa de testemunho de memórias traumáticas de uma oeirense que sofreu violência doméstica durante 18 anos. Aborda-se, inicialmente, a noção de arranjos familiares e o mito do amor romântico. Num segundo momento, discute-se o dispositivo amoroso como um dos elementos de identificação para a identidade tradicional feminina. A seguir, apresenta-se a narrativa de testemunho e o reconstituir-se identitário. Finalmente, o trabalho aponta que a violência doméstica é fruto das desigualdades, hierarquias entre os gêneros, e que a vinculação da subjetivação feminina restrita ao dispositivo amoroso e ao casamento, com intenso investimento das mulheres, em especial, pensando no que foi retratado no texto, pode acarretar tensões, violências, sacrifícios e anulação de si.

Palavras-chave: Violência doméstica. Memórias traumáticas. Casa.

Untying the knots: it was neither house nor home, testimonies of domestic violence (Oeiras, Piauí, 1994–2012)

Abstract: Though common sense may identify a house as a home, the two words do not have the same meaning. This article discusses the space of the house as an insecure location for some women, based on the testimonial narrative of the traumatic memories of a woman from Oeiras (PI) who was the victim of

¹ Artigo originalmente apresentado em setembro de 2020 no XIX Encontro de História da Anpuh-Rio – História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica.

* Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com orientação do Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. Professora Assistente III da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br.

domestic violence for 18 years. It addresses, initially, the notion of family arrangements and the myth of romantic love. The article further discusses the love dispositive as one of the elements of identification of traditional female identity. Next, the testimonial narrative and the reconstitution of identity are presented. Finally, the work points out that domestic violence is the result of inequalities and hierarchies between the genders and that the linking of female subjectivation restricted to the love dispositive and marriage, with intense investment by women, in particular, reflecting on what was portrayed in the text, can lead to tensions, violence, sacrifices and self-negation.

Keywords: Domestic violence. Traumatic memories. House.

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela que recusar
Seguir tal receita
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que esse homem não te define
Sua casa não te define
Você é seu próprio lar
Ela desatinou
Desatou nós
 [...]

Traçar de novo estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
 [...]

E o homem não me define
 [...]

Ela desatinou (e um homem não me define)
Desatou nós (minha casa não me define)
Vai viver (minha carne não me define)
Eu sou meu próprio lar
 (Strassacapa, 2016).

Introdução

A família ganha sentido em contextos, espaços sociais e temporalidades, adquire diversos arranjos em uma mesma sociedade e tempo. Em fins do século XVIII, houve transformações na vida doméstica, com a ascensão da burguesia e do capitalismo ocorreu a passagem da família tradicional para a família nuclear (Shorter, 1975). O discurso burguês nesse mesmo contexto, colaborou na criação do conceito de lar, enquanto local idealizado, romantizando-o a partir da expressão *home sweet home*, os romances intensificaram esse efeito de verdade para a idealização do "lar, doce lar", silenciando ou escondendo qualquer conflito familiar.

Espera-se que a residência seja um lugar de afetos, segurança e respeito entre os familiares, nos mais diversos arranjos familiares, no entanto, paradoxalmente, para muitas mulheres e seus filhos, a casa não é um espaço seguro, é um ambiente de medo e perigo constantes. Este texto tem como objetivo refletir sobre o espaço da casa como local inseguro para algumas mulheres, a partir de uma narrativa de história de vida, coletada das memórias de uma oeirense que sofreu violência doméstica durante 18 anos. A metodologia utilizada foi a história oral, entrevista do tipo trajetória de vida. Por questões de sigilo e confidencialidade, utilizamos o pseudônimo Ana. Ela tem 38 anos, auxiliar técnica, estudante universitária, mãe de três filhos, sendo dois homens e uma mulher. Casou-se em janeiro de 1994 aos 15 anos de idade, e aos 16 teve a primeira filha. Separou-se em março de 2012.

O município de Oeiras está localizado no sertão piauiense, distante 276 quilômetros da capital do estado. Em termos demográficos, apresenta uma população estimada em 35.640 habitantes, destes, em torno de 31 mil se declararam católicos, de acordo com o censo estatístico (IBGE, 2021). Esse aspecto religioso é importante, na medida que configura uma tradição capaz de, nos discursos e nas práticas, refletir o reforço de manutenção de determinadas identidades tradicionais de gênero no espaço pesquisado.

Para quem trabalha com história oral, é importante lembrar que a narração não corresponde à expressão da experiência em si. A narração parte de uma temporalidade específica, o presente. Para a escrita deste texto, partimos de três questões: a *palavra* casa tem o mesmo sentido que a *categoria* lar? Como Ana reelabora o passado das violências que sofreu durante anos? Qual é o sentido atribuído por ela ao casamento?

O texto está dividido em três partes. Aborda-se, inicialmente, a noção de arranjos familiares e o mito do amor romântico. Num segundo momento, discute-se o dispositivo amoroso como um dos elementos de identificação para a identidade tradicional feminina. A seguir, apresenta-se a narrativa de testemunho e o reconstituir-se identitário.

Arranjos familiares e o mito do amor romântico

Embora o senso comum possa identificar casa como lar, elas não têm o mesmo significado. Casa, etimologicamente, deriva do latim *domus*, originário do grego *domos*, que significa morada, local de descanso, habitação. Já a palavra lar, para os antigos romanos, referia-se a deuses. Etimologicamente, lar, de *laris*, tinha o significado de deus protetor da casa, posteriormente, ganha o sentido de local, onde se acende o fogo. (Houaiss; Villar, 2007).

No artigo “Uma história dos conceitos” o historiador alemão Reinhart Koselleck (1992) nos chama atenção para a diferença entre *conceito* e *palavra*, pois, nem toda palavra que existe na nossa língua pode se tornar uma categoria conceitual. Para que uma palavra transforme-se em unidade de conhecimento, ou ferramenta conceitual, é fundamental ser “indicativo de algo que se situa para além da língua” (Koselleck, 1992, p. 136), reiterando que os conceitos possuem um contexto, portanto, têm uma história.

Modernamente, a *categoria* lar enquanto conceito histórico é datado. Passou a ser inscrito com a ascensão do capitalismo, da burguesia e das alterações nas relações familiares a partir do século XVIII. Houve transformações do padrão familiar extenso para a formação da família nuclear, criou-se a ideia de lar como local de *afetos*, condensada na expressão “lar, doce lar”, difundida nos romances como a ideia de amor romântico e da inscrição da identidade feminina com a maternidade, o amor materno, o cuidado do esposo e do lar.

O historiador norte-americano Edward Shorter (1975), no livro “A formação da família moderna”, reiterou que uma das transformações pelas quais passou o modelo de família, da tradicional para a moderna nuclear, foi a ruptura com os laços da comunidade, as mudanças na vida privada da família tradicional, que era numerosa, composta não apenas pelo núcleo conjugal, mas compreendia agregados, criados e escravos.

Quanto a essas transformações, podemos destacar o desenvolvimento do *sentimento*, constituído por três perfis de caracterização: primeiro, na escolha do parceiro (delimitado não mais em fatores econômicos, mas em função do amor romântico); segundo, nas relações mãe-bebê (a mãe não amamentava o seu bebê, mas aos poucos o costume cultural da ama de leite passava a ser questionado); por fim, no sentimento em relação ao lar. Este ligado à privacidade, intimidade e afetos, não apenas entre o casal, mas também entre os filhos: a casa passa a ter um novo significado, um espaço cheio de amor entre seus membros. A domesticidade e a privacidade da casa passavam a ser prioridade do casal e, aos poucos, agregados e escravos deixavam o espaço privado permitindo agora a constituição de um novo perfil de família moderna (Shorter, 1975). Assim, foi a partir desses três perfis de sentimentos que aos poucos foi constituída a família nuclear.

O crescimento dos três perfis de sentimentos favoreceu, especialmente nas

famílias burguesas, que se pudesse seguir o arranjo familiar baseado na família nuclear, modelo que valoriza as masculinidades para o espaço público e as feminilidades para o espaço privado. O matrimônio e a formação da família nuclear foram amplamente *idealizados* como felicidade plena e união eterna para o casal, sendo representados nas obras literárias, especialmente pelo mito do amor romântico enquanto discursividade ou efeito de verdade (Foucault, 2003;2008).

Anthony Giddens (1993) argumenta que o discurso do amor romântico afetou muito mais as mulheres do que os homens, assim como também colaborou para colocar as mulheres na esfera privada.

No Brasil, podemos citar o clássico "Ordem médica e norma familiar" (1979), em que Jurandir Freire Costa nos ensina como o discurso médico normalizou e prescreveu os perfis de gênero para o casamento, delimitando as transformações pelas quais passou a família patriarcal para a burguesa nuclear.

Modernamente, o casamento gera(va) expectativas para o casal, de uma união *perfeita* com afetos, de amor romântico idealizado por diversos discursos, dentre eles, podemos citar, o discurso literário, desde o século XIX chegando até o XXI, com menor intensidade, mas ainda com nítidos reflexos nas expectativas amorosas de algumas mulheres. A partir desse discurso, amplificou-se a idealização do relacionamento conjugal com base nos sentimentos de *felicidade completa* para os cônjuges: "o amor romântico, pelo menos em sua forma literária apresentava uma *união eterna* [como] a expectativa do amor" (Leite, 2007, p. 99, grifos nossos). Ana narra um pouco sobre essa expectativa: "foi um namoro *perfeito*, e quando a gente se casou, neste mesmo dia do casamento, ele já mudou totalmente" (Ana, 2017).

Muitas uniões e lares passam longe das significações de afetos e segurança, o que demonstra as assimetrias e violências em alguns relacionamentos conjugais. Não apenas o discurso literário do amor romântico, mas também outros discursos sociais escamotearam as hierarquias entre o feminino e o masculino. Tais hierarquias são características de muitos relacionamentos contemporâneos. As relações entre os gêneros enquanto assimétricas envolvem múltiplas formas de violência, seja psicológica, moral, patrimonial, física, sexual, e em alguns casos extremos, podem chegar ao feminicídio, desvelando interrelações entre poder e violência.

O dispositivo amoroso como um dos elementos da identidade tradicional feminina

A categoria de gênero trata da construção social da diferença sexual, esta é constitutiva das relações sociais, enquanto forma primeira de dar significado às relações de poder (Scott, 1995). Percebendo como as sociedades em diferentes momentos

históricos criam expectativas para as masculinidades e feminilidades, estas mudam em contextos históricos e espaciais.

Diversos discursos sociais prescreveram que as mulheres são frágeis, dóceis, amáveis, submissas; repetiram constantemente que devemos seguir essas receitas do *dever ser*, de sermos as responsáveis pelo cuidado do lar, dos outros, sejam filhos, maridos, parentes. Os diversos discursos, na filosofia, nas religiões, nas ciências e no senso comum, instigaram “a imagem da ‘verdadeira mulher’, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, devotadas e sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de si” (Navarro-Swain, 2011, p. 5). Precisamos entender esses discursos enquanto dispositivos, ou rede de enunciados milenares, que foram repetidos reiteradamente a ponto de serem um balizador de identificação social. As identidades foram imaginadas como fixas, imutáveis, no entanto, precisamos ver e compreender as identidades como móveis, fluidas e históricas.

“O amor está para as mulheres, o que sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, de ser” (Navarro-Swain, 2011, p. 5). A identidade feminina foi fundamentada nesses atributos de *amorosidade* atrelada à renúncia de si, “o dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar” (Navarro-Swain, 2011, p. 5).

A história oral, enquanto produção dialógica, contribui para alargar os espaços para vozes e experiências de mulheres que foram “subalternizadas, mas nunca silenciadas. Vozes que desejaram nos contar parte de sua experiência. Para que haja encontro, é preciso que aconteça abertura de muitas partes, entreolhares e sensibilidades para ouvir” (Rovai, 2021, p. 18).

Voltando a personagem Ana, estudo de caso deste texto, o contexto que ela concedeu a entrevista foi o mesmo que a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), por meio do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero (GRUPEHCGE), desenvolvia projetos de pesquisa e extensão sobre a temática violência doméstica. A entrevistada sentiu-se instigada a falar sobre seus traumas, “[...] as memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio [...] afloram em momentos [...]” (Pollak, 1989, p. 4) decisivos. O autor argumenta que as erupções dessas memórias profundas estão relacionadas a momentos específicos da vivência, como, por exemplo, o despertar interno para expressar os traumas que ainda sofre. Mesmo depois das violações de direitos humanos sofridas, a entrevistada decidiu contar-nos sua história, possibilitando possivelmente uma catarse do que ocorreu. Não foi fácil, enquanto pesquisadora, ouvi-la, no entanto, nossa entrevistada reitera, “para mim é difícil, mas eu quero falr” (Ana, 2017). Nesse momento, toda escuta sensível constitui passo importante.

Entrevista como essa, tensa e difícil, possibilita a necessidade de sensibilização para a “história pública não apenas sobre mulheres, mas com elas. História capaz de tocar as pessoas para além da curiosidade e da mera divulgação, comprometida em levar questões de gênero, considerados assuntos ‘pessoais’ para o debate público”

(Rovai; Branco, 2017, p. 149). Assim como afirma Alessandro Portelli, a história oral possibilita amplificar vozes que não são escutadas e assim “levá-las ao espaço público do discurso e da palavra” (Portelli, 2010, p. 3).

Dentre as diversas formas de violência contra a mulher, uma das mais comuns é a violência física: o agressor ou agressora provoca lesões corporais (chutes, tapas, socos, empurrões, mordidas, puxões de cabelos, espancamentos, estrangulamentos, queimaduras). Também é considerada violência física o uso de armas de fogo ou brancas, a exemplo de facas, chaves de fenda, ferros de solda ou qualquer outra conduta que, colocando em risco a integridade física da mulher, tem o nítido objetivo de provocar dor.

[...] Eu guardo dados para não esquecer das agressões mais pesadas como as facadas, choques, [...] quando chegava em casa com algum problema, por conta do trabalho, era eu quem resolvia [...], ficava algum aparelho para fazer alguma manutenção [...] por causa do aparelho que ficava sem manutenção era motivo para uma nova surra [...]. Ele pegava uma faca ou uma chave de fenda [...] tentava me furar [...], outras vezes, quem trabalha com aparelhos de som tem que usar ferro e solda, e às vezes ele pegava o ferro da solda e passava em mim [...]. (Ana, 2017).

A cultura patriarcal transforma a mulher em objeto, coisa, extinguindo toda a dignidade da pessoa humana. As violências cometidas contra as mulheres não dizem respeito apenas às agressões físicas. Existem outras formas, dentre elas podemos destacar a psicológica, caracterizada pela intimidação, menosprezo, humilhação, controle das ações e decisões, ameaçando, intimidando, isolando. A violência psicológica geralmente não deixa marcas físicas, porém, é a mais difícil de se lidar, como podemos perceber nos trechos destacados da entrevista com Ana:

[...] Ele conseguia criar um medo tão grande, que você não consegue ter reação, a única reação que você tem é que quando *você escuta o barulho da porta e já começa a ter medo*, então quando você precisa fazer alguma coisa você vira de costas para não olhar, o lado psicológico afetava demais [...]. (Ana, 2017, grifos nossos).

Esse tipo de violência causa danos à saúde emocional e psicológica, como mencionou Ana. Pelo que vimos até aqui, a residência para essa senhora, longe de ser uma casa, pois não era um abrigo seguro; não era um lar, não existia respeito e afetos. Esse relacionamento violento trouxe medo, cicatrizes, problemas de saúde mental causados pelas violências perpetradas pelo marido.

Na entrevista, Ana mencionou que o marido a controlava de todas as formas. Ele a impedia de ir às reuniões na escola dos filhos, de visitar parentes, de andar na calçada da residência, de conversar com vizinhos/as e outras formas de interação social:

“[...] varrer a calçada já era motivo para uma surra [...], eu me envergonho, entristeço quando lembro [...]. Ele não deixava eu ir às reuniões na escola das crianças” (Ana, 2017).

A Ana vivia em um cárcere, lá não era casa, não era lar. A violência psicológica também pode ser caracterizada pela intimidação, menosprezo, humilhação, controle das ações e decisões, isolando-a da família, amigos, da sociedade, como fez o marido de Ana, ele a transformou em "cativa", vivendo em um cativeiro, não tinha liberdade de ir e vir.

Desatando os nós: a narrativa de testemunho e o reconstituir-se identitário

No dia da entrevista, 21 de outubro de 2017, nossa personagem debruça-se sobre o passado e passa a transcorrer suas memórias a partir de alguns elementos constitutivos da memória: pessoas, lugares e acontecimentos (Pollak, 1992). Esses elementos que conduzem os fios da trama narrada são seletivos e fluidos. Percebemos que na experiência narrada, o elemento condutor que perpassa a narração de Ana foi o casamento. Podemos refletir sobre o peso cultural da instituição família e casamento na sociedade onde Ana está inserida, de acordo com o último censo, realizado em 2010, o IBGE constatou que o Piauí é o estado mais católico do Brasil.

A percepção dela era que o casamento é um sacramento, não haveria possibilidade para a dissolução do vínculo matrimonial, mesmo na situação que ela vivenciava: violência doméstica. Nessa perspectiva, a separação ocorreria somente quando um dos cônjuges morresse. Mas, atenção ao tempo verbal e ao pronome utilizado por Ana: “[...] até porque eu *pensava* assim: *você se casou, você tem que viver*” (Ana, 2017, grifos nossos). Em outro trecho, ela é enfática: “[...] eu virei para ele e disse: que viva ou morta eu sairia daquela casa hoje [...] *passei o dia todo carregando minhas coisas* (Ana, 2017, grifos nossos). A seguir o relato do momento da ruptura, ao sair de casa, colocando fim ao relacionamento violento, retomando, aos poucos, o controle da sua vida:

[...] Eu só queria a chave, ter um lugar para morar, sair daquela casa [...]. A dona da casa foi tão boa, porque eu não tinha dinheiro para pagar nem o primeiro mês de aluguel, ela disse assim: a casa é sua. Eu disse para ela que não tinha nada, a única coisa que eu tinha era a minha palavra, então ela entregou a chave e o endereço da casa. Pedi para meu filho lavar a casa, enquanto isso fui procurar um carro para levar a cama dos meninos, o guarda-roupa deles e as roupas deles, apenas isso, mais nada, mas, ninguém teve coragem de levar, tive que levar as coisas sozinha [...]. Ele chegou, eu disse que iria embora, ele não levou muito a sério, perguntou se eu tinha alguma casa para alugar, eu respondi que já tinha alugado. Ele começou a dizer que ia me matar, pegou uma faca e começou a correr atrás de mim com a

faca, dizendo que ia me matar. Eu não sei onde eu achei coragem, teve uma hora que eu fui para a cozinha pega uns pratos, ele foi atrás de mim com essa faca, eu virei para ele e disse que viva ou morta eu sairia daquela casa hoje. Teve uma hora que eu virei pra trás e dei um empurrão nele. E disse de novo, ou viva ou dentro de um caixão, eu saio dessa casa hoje. Passei o dia todo carregando minhas coisas. Só você chegar em casa e dormir tranquila [...]. No começo foi difícil porque eu não tinha nada em casa, eu não tinha onde e o que cozinhar, fui na casa da minha mãe, ela me deu, prato, bacia, panela de pressão. Poucos dias depois, arrumei um trabalho na panificadora, fui comprando o essencial, comprei fogão, geladeira [...]. (Ana, 2017).

Ana, na entrevista, afirmou: “*ou viva ou dentro de um caixão*, eu saio dessa casa hoje”. Essa passagem é muito forte, demarcava uma ruptura de identidade que ela inscrevia a si mesma: esposa e dona de casa.

Esposa, mãe, dona de casa, vivendo em um “lar” violento, onde o homem era o provedor. Cada uma dessas palavras funciona como um dispositivo de subjetivação opressora, especialmente quando idealizados: esposa, mãe, dona de casa. Esses papéis sociais são distribuídos de forma assimétrica, demarcam uma desigualdade de gênero, quando somada mais uma opressão com a violência doméstica, nos reporta a crítica feminista feita ainda nos anos 1920 por Maria Lacerda de Moura² (1887-1945), que foi uma das poucas feministas da primeira “onda” a trazer para a cena do debate as opressões que as mulheres sofriam no casamento, como o servilismo, a obediência ao marido, o que ocasionava violências e gradativamente os assassinatos das mulheres (Moura, 1933).³

Voltando a entrevistada, Ana conseguiu perceber que era hora de ressignificar a sua vida e isso ocorreu no mês de janeiro de 2012, quando percebeu que o (re) constituir-se feminino poderia ser não mais subordinado ao masculino. Ana resolveu sair de casa, levando consigo os filhos e alguns poucos pertences deles. Ela desatou o(s) nó(s) que a amarravam a estrutura, os fios da trama cultural tradicional, saiu de casa, conseguiu pôr fim ao casamento violento e abusivo: “Triste, louca ou má / será qualificada / ela que recusar seguir tal receita cultural: do marido, da família [...] / *Aceita que tudo deve mudar / Que esse homem não te define / Sua casa não te define / Você é seu próprio lar [...]*” (Strassacapa, 2016, grifo nosso).

A letra da música é libertária, descola os enquadramentos tradicionais da identidade feminina: esposa e rainha do lar. Lembremos que não podemos pensar a

² Nasceu em 16 de maio de 1887, na cidade de Manhuaçu, em Minas Gerais. Viveu em Barbacena dos 4 aos 34 anos, como aluna e professora. Formou-se professora na Escola Normal em 1904 onde logo depois passou a lecionar. Em 1919 mudou-se para São Paulo. Para maiores detalhes, ver: Leite (1984, p. 4).

³ Maria Lacerda afirmava que as mulheres são convocadas a se assujeitar à dominação masculina, por conta da força da tradição dos ídolos da Família, da Religião e da Pátria.

identidade como fixa. Ela é plural e às vezes contraditória, como apontou o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2011). O autor nos auxilia na percepção dos processos de desestabilização das velhas identidades que davam sentido ao mundo social moderno para a fragmentação das identidades no mundo contemporâneo.

Considerações finais

Apontamos que o compartilhamento dos sofrimentos narrados possibilitou, de alguma forma, a personagem reelaborar seu passado, percebendo o quanto foi demorado o seu processo de ressignificação da sua identidade e subjetividade, em especial a que vinculava unicamente ao casamento e ao espaço privado. Percebemos como a categoria de dispositivo amoroso (Navarro-Swain, 2011) é importante para a análise da violência doméstica, mesmo sendo uma questão complexa, na medida que deve ser analisada sob vários prismas. Podemos elencar neste texto que a violência doméstica é fruto das desigualdades e hierarquias entre os gêneros, bem como da vinculação da subjetivação feminina restrita unicamente ao dispositivo amoroso e ao casamento, com intenso investimento feminino, em alguns casos, e quase nenhum masculino, não generalizando, notadamente nos referimos ao que foi retratado neste texto, podendo acarretar tensões, violências, sacrifícios e anulação de si.

As memórias, assim como identidades, são construídas e reconstruídas. Como as que foram exemplificadas por Ana e seu reconstituir-se identitário, de caráter fluido. Ela percebeu que a identidade feminina é plural, não apenas a que é prescrita, como esposa, mãe e dona de casa. As suas subjetivações são posições de sujeito e lugares ocupados. Quando saiu do “lar” violento, Ana alugou uma casa para morar com seus filhos. A entrevistada saiu a procura de emprego, conseguindo-o em uma padaria na cidade. Tornou-se, então, provedora do seu próprio lar, dona do seu destino, passou a reescrever sua história. Em 2017, período que concedeu entrevista, estava concluindo um curso superior.

A antropóloga Rita Laura Segato (2010) analisa diversas abordagens da violência, desde psicológicas até histórico-culturais. Destacamos neste texto as dimensões do exame das subjetividades de um dos sujeitos envolvidos na violência, a mulher em situação de violência.

Feministas como Maria Lacerda de Moura já faziam críticas ao casamento como contrato de submissão feminina e dominação masculina (Moura, 1933), o que poderia ocasionar violências domésticas e feminicídios. Ela certamente foi uma das primeiras a combater a idealização do casamento burguês, foi uma defensora do amor plural, que é isento “de crueldade para com o ser amado” (Moura, 1933, p. 150). Ela antecipava o conceito formulado pela cientista política britânica Carole Pateman, no final da década

de 1980, de casamento como contrato de submissão e de uso sexual. (Pateman, 1993).

Ana, estudo de caso deste texto, fez uma mudança subjetiva total. Saiu do cativo para sobreviver e não mais se submeter às violências e ao relacionamento abusivo que vivenciava. Percebendo que o casamento pode ser interrompido, ela rompeu momentaneamente com os valores basilares idealizados de família burguesa – “feliz” – nuclear, o que possivelmente não significa dizer que irá romper definitivamente com esses valores, talvez algum persista. Pois, sabemos como a identidade é móvel, tem recuos, é também contraditória. Até o momento da entrevista, ela tinha rompido com a identidade de esposa, o que não significa dizer que não possa tentar recomeçar em outro relacionamento. Afinal, não podemos desconsiderar que no espaço cultural onde Ana está inserida, os papéis tradicionais de gênero têm um peso elevado.

Referências

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Oeiras*. Panorama. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/oeiras/panorama>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Han Ryner e o amor Plural*. São Paulo: Gráfica e Editora Unitas Limitada, 1933.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). Apresentação. *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; BRANCO, Naira de Assis Castelo. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p.143-162

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre gênero entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1975.

STRASSACAPA, Juliana. *Triste, louca ou má*. In: FRANCISCO, EL HOMBRE. *Soltasbruxa*. [S.l]: Independente, 2016. 1 CD. Faixa 6.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *Diferença sexual: uma questão de poder*. 2011. Disponível em <http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Fontes orais

ANA [38 anos]. [out. 2017]. Entrevistadoras: Angela Maria Macêdo de Oliveira e Valderlany Mendes Dantas. Oeiras, PI, 21 out. 2017.

Recebido em 31/07/2021

Versão final recebida em 29/10/2021

Aprovado em 07/12/2021

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 55599816.1.0000.5209.

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.